

FONTE HISTÓRICA PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO INDÍGENA: uma análise do acervo documental do Serviço de Proteção aos Índios e o processo de escolarização dos Potiguara na Paraíba

Ms. Dárcya Jeanne Silva de Araújo ¹
Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges ²

RESUMO: A política tutelar operada pelo Estado brasileiro entre as populações indígenas teve respaldo no discurso da educação desses povos em função da retórica de civilização e nacionalização, amplamente propagada nas primeiras décadas da República. Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, a educação passou a ocupar um espaço de foco na ação protecionista estatal, com fins de assimilação do índio à identidade nacional, o que Lima (1992) denomina de “pedagogia da nacionalidade e do civismo”. A presente pesquisa teve, portanto, como objetivos apresentar o acervo documental digital do SPI, arquivado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro/RJ, e discutir seus usos para a pesquisa sobre política educacional indigenista no século XX, a partir da aplicação ao contexto da ação tutelar exercida pelo órgão federal entre os Potiguara, na Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: indígenas Potiguara; SPI; Museu do Índio; escolarização indígena.

HISTORICAL SOURCE FOR RESEARCH IN INDIGENOUS EDUCATION:
an analysis of the documentary collection of the Indian Protection Service and the schooling process of the Potiguara in Paraíba

ABSTRACT:

The protective policy operated by the Brazilian State among indigenous populations was supported by the discourse on the education of these peoples due to the rhetoric of civilization and nationalization, widely propagated in the first decades of the Republic. With the creation of the Indian Protection Service (SPI), in 1910,

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba/UFPB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3335274744964032>. Email: darcyajeanne@gmail.com.

² Doutora em História pela UNESP. Professora Associada do Dep. de História da UFPB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba/UFPB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0416996435431458>. Email: claudialago.rn@gmail.com.

education began to occupy a space of focus in state protectionist action, with the aim of assimilating the Indian into the national identity, what Lima (1992) calls “pedagogy of nationality and civics”. The present research therefore aimed to present the SPI's digital documentary collection, archived at the Museu do Índio, in Rio de Janeiro/RJ, and discuss its uses for research on indigenous educational policy in the 20th century, based on its application to context of the guardianship action carried out by the federal body among the Potiguara, in Paraíba.

KEYWORDS: Potiguara indigenous people; SPI; Indian Museum; indigenous schooling.

Introdução

Nas últimas décadas houve uma expressiva aproximação entre as pesquisas nos campos da História e da Antropologia, reconfigurando as bases teórico-metodológicas dessas duas áreas do conhecimento. Os limites que rigorosamente demarcaram e separaram, no século XIX, as duas áreas, restringindo temas de estudos, as abordagens e interpretações, foram postos em xeque no século seguinte. Isso ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970 com a crítica às origens colonialistas da Antropologia e o abandono da perspectiva historicizante da História, promovendo maiores diálogos com outras discussões (ALMEIDA, 2012).

O contexto de mudança conferiu aos estudos sobre os povos indígenas novas concepções, não apenas refletindo esses diálogos teóricos e empíricos, como também propondo novos olhares sobre esses sujeitos, rejeitando a ideia de indivíduos inertes e silentes diante de diferentes tentativas de assimilação. Essa reorientação buscava desvelar os protagonismos indígenas em diversas formas de atuação, tanto através de novas fontes e metodologias de pesquisa como também por meio de uma nova leitura de fontes amplamente conhecidas e exploradas.

É importante salientar que as discussões teóricas fizeram emergir novas concepções no campo dos estudos étnicos, sendo acompanhadas, no Brasil, de uma

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

demanda social surgida na década de 1970, o chamado Movimento Indígena. A esse respeito, para Monteiro (2001, p. 5)

Surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena, que encontrava apoio nos largos setores progressistas que renasciam numa frente ampla que encontrava cada vez mais espaço frente a uma ditadura que lentamente se desmaterializava.

Essas perspectivas de diálogos têm igualmente suscitado calorosos debates pautados pelas teorias pós-coloniais, resultando, também, das críticas às Ciências Sociais promovidas em meados do século XX e conquistando espaço nas discussões no Brasil especialmente a partir das contribuições teórico-epistêmicas do grupo Modernidade/Colonialidade³ que debatem sobre as heranças coloniais na América Latina.

Nesse contexto, as origens da categoria de *colonialismo interno*, sistematizado na América Latina principalmente pelo sociólogo mexicano Pablo González Casanova (2006), assentou suas bases na concepção de *colonialismo* enquanto fenômeno que define a relação de dominação e exploração política, econômica, social e cultural exercida por uma nação estrangeira sobre um determinado povo, sendo configurado como um movimento de fora para dentro. Por sua vez, a construção do conceito de colonialismo interno compreende a perpetuação dessas formas de poder nos Estados-nação, em que a reprodução da dominação e exploração é operada a partir das relações constituídas no interior dos territórios nacionais e entre grupos que os integram. Nesse sentido, Casanova (2006, p. 416) afirma que:

³ O grupo foi criado a partir de encontros e diálogos promovidos entre pesquisadores(as), sobretudo latino-americanos(as), resultando na publicação de diversos livros que atualmente são referências nas discussões sobre os estudos subalternos e o pensamento decolonial. Dentre os principais nomes envolvidos, destacamos o sociólogo peruano Aníbal Quijano, a pedagoga norteamericana radicada no Equador Catherine E. Walsh, o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o semiólogo argentino Walter Dignolo e o filósofo colombiano Santiago de Castro-Gómez.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Os estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas. O fenômeno se repete uma e outra vez depois da queda dos impérios e da independência política dos estados-nação, com variantes que dependem da correlação de forças dos antigos habitantes colonizados e colonizadores nos estados que alcançaram a independência. [...] As etnias ou comunidades de nativos ou “habitantes originais” resultam ser assim objetos de dominação e exploração, e também importantes sujeitos de resistência e libertação (tradução nossa)⁴.

Pensar, portanto, o poder tutelar e sua ação no âmbito da escolarização dos indígenas, sobretudo no contexto da atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a partir do conceito de colonialismo interno, nos possibilita refletir sobre como a ossatura estatal de tutela dos povos indígenas se configurava nos moldes de um modelo colonizador impresso tanto no aspecto político-legal quanto na ação prática do órgão nas unidades locais. O caráter protecionista atribuído ao serviço tutelar incorporava uma ideia paternalista, reproduzindo práticas colonialistas nas relações entre o Estado e as populações tuteladas.

Para tanto, partimos do escrutínio da documentação do SPI, arquivada no Museu do Índio, para debater como se deu a ação indigenista do órgão, especialmente no âmbito escolar e entre os Potiguara na Paraíba. Como apresentaremos e discutiremos a seguir, os documentos oficiais do órgão indigenista, disponível no acervo digital do Museu, se constitui uma importante fonte documental para a pesquisa, reflexão e debate sobre as relações de poder e resistência travadas entre as populações indígenas e o Estado brasileiro.

O SPI no acervo do Museu do Índio

⁴ Original: “Los estados de origen colonial y imperialista y sus clases dominantes rehacen y conservan las relaciones coloniales con las minorías y las etnias colonizadas que se encuentran en el interior de sus fronteras políticas. El fenómeno se repite una y otra vez después de la caída de los imperios y de la independencia política de los estados-nación, con variantes que dependen de la correlación de fuerzas de los antiguos habitantes colonizados y colonizadores en los estados que lograron la independencia. [...] Las etnias o comunidades de nativos o “habitantes originales” resultan ser así objetos de dominación y explotación, y también importantes sujetos de resistencia y liberación”.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi criado em 1910 sob o ideário de transformar os indígenas em cidadãos brasileiros. Herdeiro do pensamento positivista, o projeto de tutela estatal desenhado no raiar do século XX foi concebido sob a perspectiva de que cabia ao Estado a função de promover a integração dos indígenas ao idealizado *progresso* da nação.

Em 1918, o órgão perdeu a função de Localização de Trabalhadores Nacionais, com a transferência da atribuição para o Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Todavia, permaneceu no cerne ideológico do serviço a concepção presente em sua fundação de que, por meio da ação tutelar, os indígenas seriam transformados em trabalhadores nacionais, integrantes e contribuintes do crescimento e desenvolvimento econômico do país. Essa concepção foi expressa no trecho do Memorial endereçado ao então Diretor do SPI, Cândido Rondon, pelo sub-diretor Manoel Tavares da Costa Miranda e pelo inspetor Alípio Bandeira (1947 [1911], p. 78):

O regulamento [Decreto nº 8.072/1910] cria “Povoações Indígenas”, que nada têm dos antigos aldeamentos ou colonizações e são apenas uma espécie de escolas livremente facultadas aos que as queiram. Ainda aí tem o índio inteira liberdade de ação, podendo à vontade escolher a ocupação que lhe agrade e abandoná-la quando quiser. Cria também o regulamento “Centros Agrícolas” destinados à localização de trabalhadores nacionais, onde nada impede que sejam admitidos índios quando desejem, já porque tenham adquirido hábitos de fixidez e economia ou já porque se achem confundidos na massa geral da população.

De sorte que a “Povoação Indígena” torna-se assim um estágio espontâneo entre o índio nômade e o trabalhador nacional, ou seja entre o índio errante e o mesmo índio sedentário, cooperador no trabalho agrícola.

Entender o funcionamento do SPI, as dimensões da política indigenista que orientava a ação nos espaços dos postos locais, bem como as relações tecidas entre indígenas e não-indígenas nos ambientes de efetiva atuação tutelar, perpassam fundamentalmente pelo escrutínio da documentação oficial do órgão indigenista.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Sob a guarda do Museu do Índio estão milhares de documentos do SPI, cuja criação se deu, como citamos, em 1910 e a extinção, em 1967. Disponibilizada no site da instituição, o acervo digital reúne a documentação dos vários Postos Indígenas (PI) espalhados por todo o território brasileiro, assim como os documentos das Inspetorias Regionais (IR) as quais os postos estavam subordinados. No tocante à documentação alusiva ao cotidiano escolar indígena, especificamente sobre PI Nísia Brasileira, implantado entre os Potiguara, na Paraíba, ressaltamos as seguintes tipologias: frequências escolares, inventários, relatórios mensais, ofícios, telegramas, além de comprovantes de aquisição de materiais e móveis escolares.

A citada documentação relata a realização de eventos religiosos, à exemplo de missas e primeira comunhão dos alunos nas escolas do posto, e de caráter nacionalista, como comemorações de dias festivos do calendário nacional, como o Dia da Independência, além de relatar eventos por ocasião de visitas de autoridades públicas. Observamos na documentação o indicativo do material didático utilizado nas escolas, o registro da presença e ausência de móveis e outros materiais necessários ao funcionamento das atividades escolares, assim como relatos das rotinas relacionadas à administração e disposição das escolas.

Das frequências escolares, em específico, é possível encontrar informações que possibilitam discutir o cotidiano escolar do posto e a efetividade da aplicação do projeto educacional do SPI, como relação de alunos, suas idades, sexo e desempenho, além de eventos educativos e do calendário escolar, entre outros dados e informações pertinentes à pesquisa no campo de História da Educação. Entendendo serem essas apenas algumas das informações possíveis de serem extraídas dos documentos, é notório que a fonte histórica é ampla e que, somada à análise da legislação e de outros documentos produzidos pelo SPI, como os Boletins, é possível elucidar o funcionamento das escolas, bem como discutir a lógica formativa que permeava as atividades de escolarização dos indígenas.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

O presente artigo não nos permite, contudo, estendermos a discussão sobre todos os aspectos da educação indigenista proposta e aplicada entre os Potiguara, haja vista que, como citamos, a documentação é farta, diversa e rica em possibilidades de investigação. No entanto, para compreendermos a efetividade da aplicação da documentação do SPI como fonte histórica, discutiremos uma partícula do cotidiano escolar do PI na Paraíba a partir dos documentos em comento.

Um retrato da escolarização dos Potiguara no século XX a partir da documentação do SPI

Nos últimos séculos, o discurso oficial sobre os povos indígenas no Nordeste foi construído para descaracterizar a afirmação étnica dessas populações, buscando conferir validade a projetos de expropriação territorial e da mão de obra indígenas. Expressões como “caboclos”, “remanescentes” ou “índios misturados” (OLIVEIRA, 2004; PALITOT, 2005) foram utilizadas para referenciar os indígenas como estratégia semântica, numa concepção de que a presença indígena nessa região, partindo de uma perspectiva de *pureza cultural*, restringia-se ao passado, invisibilizando a existência e resistência dessas populações. Não raro, os próprios indígenas utilizavam-se do termo *caboclo* para se auto referirem. Contudo, como elucidou Silva (2017, p. 19):

A atribuição da identidade de “caboclo” não pode ser lida como um “abandono da condição de indígena”, mas simplesmente como produto de um regime político que não oferece espaços nem reconhece direitos aos que venham a explicitar sua condição étnica.

Sob essa categorização, os Potiguara foram, por muito tempo, desconsiderados pelas autoridades como indígenas⁵, sob a alegação de estarem em processo de aculturação. Mesmo diante das argumentações de que os Potiguara estavam em vias de completa assimilação, diante de diferentes iniciativas de

⁵ Em 1923 ocorreu a visita oficial de Dagoberto de Castro e Silva, emissário do SPI, para verificar a presença de indígenas na Paraíba que justificasse a implantação de um Posto do serviço federal. Na ocasião, o representante do órgão não reconheceu os Potiguara como indígenas, opinando pela não instalação do PI. Não obstante o parecer contrário, em 1932 foi implantado um PI na Baía da Traição/PB (PERES, 2004).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

extermínio físico e étnico, os indígenas continuaram a empreender estratégias de resistência ante os distintos contextos de conflitos nos quais estiveram historicamente envolvidos, sendo reconhecidos na atualidade como um dos povos indígenas mais numerosos no Brasil (IBGE, 2023).

A relação entre os Potiguara e o SPI teve início logo nos primeiros anos seguintes à criação do órgão, em 1910, com a visita do inspetor Alípio Brandeira à região habitada pelos indígenas, antigos aldeamentos de Monte-Mór e Baía da Traição, demarcados na década de 1860 (VIEIRA, 2010; MOON; MAIA, 2008). Não obstante essa primeira visita do representante do órgão indigenista ter se dado em 1913, tendo, na ocasião, reconhecido a presença indígena⁶, a criação de posto do SPI só foi implantada no final da década de 1920.

Inicialmente denominado de PI São Francisco, com sede na Baía da Traição, foi renomeado PI Nísia Brasileira em 1941⁷, com mudança da sede para a aldeia Forte em 1942 (AMORIM, 1970; PALITOT, 2005). Instaurado como um Posto de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN)⁸, tinha dentre as suas atribuições a função de educar os indígenas, visando formar cidadãos da República e trabalhadores nacionais, conforme ideário do agência federal.

No período de ação tutelar, foi possível verificar, a partir da documentação, o funcionamento de cinco unidades escolares: as escolas Alípio Bandeira, Dr.

⁶ Quatro seculos de civilização occidental passaram por esses indios. Elles são, portanto, no minimo, a decima geração de aborigenes aboletados connosco. [...] Tudo isto fazem e, todavia, são indios puros, indios asperos, indios selvagens, com a sua sociedade á parte e tão a-lheia á nossa quanto isto lhes é possivel dentro da approximação em que se encontram. Da nossa industria aceitaram tudo quanto estava ao alcance delles; dos nossos costumes adoptaram os mais semelhantes aos seus, do nosso adeantamento intellectual e moral não fazem caso. [...] São fetichistas incrustados em nossas villas; espectadores apenas da nossa vida, eternos convivas sem logar á mesa da nossa civilização (Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório referente aos indios remanescentes da Bahia da Traição, a nordéste do Estado da Parahyba**. 1920. BR RJMI SPI-IR4-071-017-40-f13. Caixa 170. Planilha 017).

⁷ **Boletim Interno nº 1**. Rio de Janeiro. 1941. (CRV_Indigen. Filme 287. Fotograma 569-806), p. 2-3.

⁸ Os PI poderiam ser classificados em diferentes categorias, de acordo com a finalidade e o estágio de assimilação dos indígenas: Posto de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN); Posto de Fronteira e Vigilância (PIF); Posto de Atração (PIA); Posto de Alfabetização e Tratamento (PAT); e Posto de Criação (PIC).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Antônio Estigarribia, Coronel Luiz Guedes, Vicente Ferreira Viana e Marechal Rondon. A primeira escola a ser construída foi a Alípio Bandeira, que funcionava num prédio construído ao lado da sede do posto, na aldeia São Francisco. Segundo relatório de 1957⁹, enviado pelo encarregado do posto à época, Tubal Fialho Vianna, o prédio escolar teria sido construído em 1930, ou seja, logo após a chegada do SPI à Paraíba.

Com a mudança da sede para a Aldeia Forte em 1942, deu-se o início da construção de outra escola, a Dr. Antônio Estigarribia, em frente à nova sede da unidade tutelar. O relatório de 1947, alusivo às atividades do posto em 1946, descreveu, em detalhes, a estrutura física de uma escola, então recém edificada:

Edifício para Escola. Iniciamos e concluimos a construção de um prédio que mede 14m70 X 7m70 X 3m50, de alvenaria e de tijolos, com piso de concreto revestido a cimento, contendo uma divisão interna de 28mts2 para funcionamento de aulas de trabalhos manuais e um salão de 72mts2 para aulas de letras, aparelhos sanitários externos, muro na parte inferior e balustrada na parte superior. A cobertura é de telhas coloniais sobre madeiramento de lei; contem 2 portas de 2m40 X 1m10 e 8 janelas de 1m40 X 1m10. Todas as janelas e portas tem venesianas com portas de segurança, são envidraçadas e foram assentadas sob ferragens de primeira ordem¹⁰.

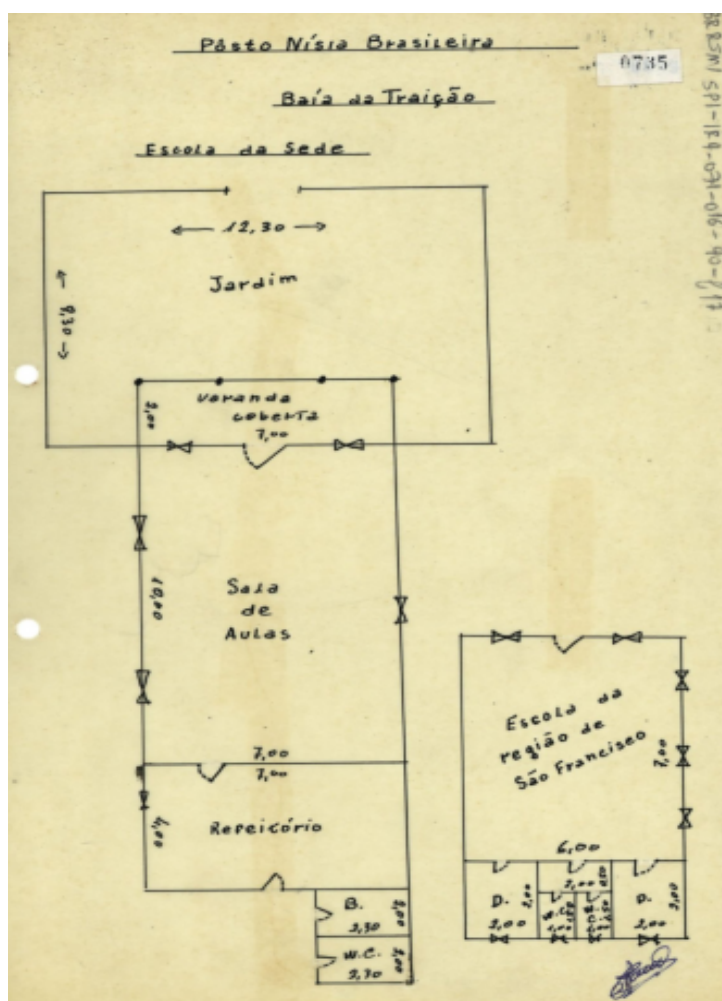
Pelo detalhamento do edifício retratado, trata-se de um prédio segundo o modelo de escola rural, havendo apenas uma sala de aula para comportar alunos em diferentes níveis de escolarização, porém com espaços distintos para as aulas de primeiras letras e as oficinas de trabalhos manuais. Apesar de o documento não nomear a escola construída, fica evidente a referência à escola Dr. Antônio Estigarribia, haja vista a estrutura descrita do prédio escolar se aproximar da planta

⁹ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório**. 1957. BR RJMI SPI-IR4-666-048-68-f1-4. Caixa 181. Planilha 001.

¹⁰ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório**. 1947. BR RJMI SPI-IR4-071-001-63-f2. Caixa 167. Planilha 001.

da “Escola da sede” desenhada por Ney Land, funcionário do CNPI, na visita ao Posto em 1965¹¹:

Imagem 1 - Esboço da planta das escolas Dr. Antônio Estigarribia (escola da sede) e Alípio Bandeira (escola da região da Aldeia São Francisco), 1965.



Fonte: Acervo Arquivístico do Museu do Índio. Disponível em:

<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib>

¹¹ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Pôsto Indígena Nísia Brasileira**. 1965. BR RJMI SPI-IR4-071-016-40-f17. Caixa 169. Planilha 016.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

[=MI_Arquivistico&pagfis=201421](#). Acesso em: 15 de abr. 2023.

As poucas diferenças entre a construção descrita e o esboço da planta podem ser atribuídas ao intervalo de 19 anos entre a elaboração dos documentos. Nesse interstício, o edifício passou por duas intervenções estruturais: 1) em 1956, o prédio desabou por ocasião “da grande invernada”¹². Não foi possível precisar quando a reconstrução do edifício foi iniciada, contudo, em junho de 1958, foi relatada a paralisação das obras de reconstrução por falta de recursos, sendo as aulas ministradas num galpão, “não acomodando bem os alunos índios”¹³; 2) Em 1960, foi construído um alpendre na escola “para servir de área recreativa para os alunos e evitar a entrada de águas da chuva no salão de aula”¹⁴.

No tocante à escola Cel. Luiz Dantas, em Estiva Velha, foi inaugurada em 1958, quando da visita do chefe da IR4 à época, Raimundo Dantas Carneiro¹⁵. Todavia, funcionar como unidade escolar não significava a existência de um prédio exclusivo para a atividade. A construção de uma escola na aldeia Estiva Velha integrou o programa de atividades do posto para o ano de 1946¹⁶, porém, o prédio não foi construído naquele ano. Em 1962, ou seja, após quatro anos de atividade escolar, o agente Sebastião Francisco da Silva ainda solicitava a construção de uma casa para a instituição:

O Posto necessita da construção de um prédio, para funcionar a Escola Coronel José Luiz Guedes, que vem funcionando em uma casa velha, de taipa coberta de palha de coqueiros, pertencente ao índio Antonio Leopoldino. Espero que este ano, seja cumprido pelo Sr. Dr. Chefe da 4ª. Inspeção o que prometeu aos índios do Estiva Velha na ocasião de sua

¹² Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório**. 1957. BR RJMI SPI-IR4-666-048-68-f1. Caixa 181. Planilha 001.

¹³ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Aviso do Posto**. 1958. BR RJMI SPI-IR4-071-011-63-f1v. Caixa 168. Planilha 011.

¹⁴ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Aviso do Posto**. 1960. BR RJMI SPI-IR4-071-012-92-f1. Caixa 168. Planilha 012.

¹⁵ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Aviso do Posto**. 1958. BR RJMI SPI-IR4-071-011-60-f1v. Caixa 168. Planilha 011.

¹⁶ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Programa de trabalho para o ano de 1946**. 1946. BR RJMI SPI-IR4-999-001-51-f36. Caixa 195. Planilha 001.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

visita aquele lugarejo em 1959, que instalou a referida Escola e determinou a Srt. Francisca Bernades para exercer a função de aux. Ensino, correndo as despesas por conta das rendas do Posto, até ulterior deliberação.¹⁷

A questão da estrutura física era apenas uma das muitas necessidades vivenciadas no cotidiano das escolas. O relatório de dezembro de 1936¹⁸ – quatro anos após a criação do aludido posto – relata estar em atividade uma escola – pelo ano, a Alípio Bandeira – cujo responsável era o auxiliar de ensino Vital Pereira da Silva Melo, apresentando frequência média de “trinta e tantos” alunos. Na ocasião, ao citar a existência da escola e seu funcionamento, o encarregado do posto, Vicente Ferreira Vianna, apresentou à IR alguns problemas relacionados ao cotidiano escolar.

O primeiro consistia em repassar o pedido realizado pelo professor por recursos para atender a despesa com água e limpeza da escola, suprida até então “às suas expensas”. Para termos ideia do que representava assumir a referida despesa, em 1940, a folha de pagamento do posto¹⁹ expõe a *mensalidade* do auxiliar de ensino em 250\$000, o equivalente aproximado ao valor de duas foices “duas caras” adquiridas naquele mesmo ano²⁰. O próprio encarregado do PI reconhecia no relatório a insuficiência do ordenado pago ao professor, mesmo considerando reajuste.

Vale ressaltar que os postos não dispunham de autonomia financeira e orçamentária, dependendo das instâncias superiores, sobretudo das Inspetorias

¹⁷Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Aviso do Posto**. 1962. BR RJMI SPI-IR4-071-014-17-f1. Caixa 169. Planilha 014.

¹⁸ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório Final**. 1936. BR RJMI SPI-IR4-381-001-01-f1-9. Caixa 181. Planilha 001.

¹⁹Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Folha de pagamento do pessoal do serviço no Posto de assistência, nacionalização e educação “São Francisco” da Baía da Traição-Inspetoria da Parayba, Pernambuco, Baía, Espírito Santo e Minas Gerais**. 1940. BR RJMI SPI-IR4-381-001-05-f1. Caixa 181. Planilha 001.

²⁰As foices custavam, segundo fatura de compra, 140\$000 a unidade, somando-se 280\$000, sendo superiores ao salário recebido pelo professor (Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Fatura**. 1940. BR RJMI SPI-IR4-381-001-07-f1. Caixa 181. Planilha 001).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Regionais, determinar como deveriam ser gastas as rendas auferidas a partir das atividades econômicas desenvolvidas pelos próprios PI, bem como proceder o pagamento dos trabalhadores que compunham as folhas de numerário das unidades locais.

Esse cenário resultava na dificuldade de adequar os valores pagos aos funcionários às condições e custo de vida regionais e, principalmente, dos postos, estando diretamente relacionado ao formato de administração exercido pela direção do órgão tutelar. O problema da despesa com a limpeza foi resolvido anos mais tarde, pois o inconveniente não apenas foi excluído dos relatórios dos postos, sendo possível encontrar vários recibos de pagamento feitos pelo PI por serviços de limpeza realizados, inclusive, por indígenas, como Ana Porfíria da Conceição²¹ e Naíde Cassiano²².

A documentação do posto ainda revela que funcionava uma escola noturna estadual, criada a pedido da administração do posto. No entanto, sendo de responsabilidade do Estado, não encontramos na documentação do PI ou da IR4 informações sobre os estudantes que frequentavam as aulas, sua faixa etária, seus docentes, dentre outras informações para subsidiar a compreensão do funcionamento da unidade escolar. É certo, porém, que a escola atendia à demanda dos indígenas pelo ensino noturno, sendo considerada, em 1950, pelo então encarregado do PI, Arquimedes Souto Maior, como “funcionando com ótimo resultado”²³. Embora não tenha sido possível identificar até quando a escola estadual manteve suas atividades nas dependências escolares do posto, em 1964 foi inaugurado o curso noturno na escola Alípio Bandeira, ofertado pelo próprio PI²⁴.

²¹ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Recibo**. 1953. BR RJMI SPI-IR4-071-007-33-f1. Caixa 168. Planilha 007.

²² Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Recibo**. 1953. BR RJMI SPI-IR4-071-008-27-f1. Caixa 168. Planilha 008.

²³ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório**. 1950. BR RJMI SPI-IR4-666-004-47-f1. Caixa 182. Planilha 004.

²⁴“Foi inaugurado neste trimestre o curso noturno da escola Alípio Bandeira, situada na Aldeia S. Francisco”. (Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório relativo ao 2º semestre de 1964**. 1964. BR RJMI SPI-IR4-999-002-70-f1. Caixa 196. Planilha 002).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

As aulas noturnas ocorriam das 18:30 às 21:30, compreendendo apenas indígenas do sexo masculino com intervalo etário de 15 a 35 anos²⁵.

Considerações finais

A documentação sobre a ação tutelar do PI Nísia Brasileira é farta em retratar o cotidiano escolar, seus sujeitos e espaços, possibilitando entender um fragmento do que foi o processo de educação dos indígenas no Nordeste e no Brasil sob a ação indigenista estatal. O diálogo com as fontes possibilitou-nos encontrar várias respostas para perguntas emergidas a partir da reflexão sobre a história indígena e os projetos de tutela do Estado.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o uso de fontes oficiais não impossibilita a identificação e problematização das formas de resistência empreendidas pelos indígenas, pois, como afirmou Cunha (2017, p. 133), a História do Indigenismo não é dissociável da História Indígena, englobando apenas mais atores. Logo, problematizar as formas de poder exercidas pelo Estado também é pensar os protagonismos dos indígenas no contexto dos processos de tutela e de resistência.

O reconhecimento de contradições que num primeiro contato não parecem estar à vista no documento oficial é possível por meio de uma análise atenta e crítica por parte do(a) historiador(a), possibilitando a construção de outros horizontes de interpretação, o que Walter Benjamin (1987[1985]) aponta como sendo “escovar a história a contrapelo”. Desse modo, o uso das fontes oficiais do SPI não limita o questionamento sobre o processo de escolarização dos indígenas e identificação dos modelos de mobilizações desses sujeitos no ambiente escolar.

Por fim, entendendo que a temática sobre o projeto de escolarização dos indígenas e ação tutelar do SPI encontra-se distante da exaustão, ante às perguntas

²⁵ Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Frequência Escolar**. 1964. BR RJMI SPI-IR4-071-015-17-f3-3v. Caixa 169. Planilha 015.

ensejadas da análise dos documentos do posto, da IR e da Diretoria da agência tutelar, esperamos que a presente discussão instigue novas e amplas pesquisas não apenas sobre a educação indigenista entre os Potiguara, quiçá entre os outros povos indígenas no Nordeste.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 151-168.
- AMORIM, Paulo Marcos de. **Índios camponeses: os Potiguara de Bahia da Traição**. Rio de Janeiro, Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1970.
- BANDEIRA, Alípio. Memorial; MIRANDA, Manoel Tavares da Costa. In: OLIVEIRA, Humberto de. **Coletânea de Leis, Atos e Memoriais referentes ao indígena brasileiro compilado pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947[1911]. p. 55-86.
- BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987[1985].
- CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno [una redefinición]. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (org.). **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias sociales - CLACSO, 2006. p. 409-434.
- CUNHA, Manuela Carneiro. **Cultura com aspas**. São Paulo: UBU Editora, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Indígenas**. Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 2001. Tese (Livre-docência), Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz (org.). **Etnohistória dos índios Potiguara**. João Pessoa: Procuradoria da República na Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1992..

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: LACED, 2004. p.13-42.

PALITOT, Estêvão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura**. João Pessoa, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PERES, Sidnei Clemente. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: LACED, 2004. p.43-91.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. Recife: Editora UFPE, 2017.

VIEIRA, José Glebson. **Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba**. São Paulo, Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 2010.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade